Ano VI - N° 3.370

Sábado, Domingo e Segunda-feira, 06, 07 e 08 de Fevereiro de 2010

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

DIÁRIO OFICIAL DO LEGISLATIVO

Olhares atentos para o Curso de Gestão Pública

O evento foi aberto pelo ministro Benjamin Zymler, do TCU





Fotos: Valdemiro Lopes

Vice-presidente do Tribunal de Contas da União, o ministro Benjamin Zymler, elogiou a realização do evento pela Câmara e afirmou que "o cidadão é o braço direito do TCU". A aula inaugural, no Centro de Cultura, deu a exata noção do objetivo do curso: capacitar os profissionais, trazendo maior qualidade e eficiência ao trabalho desenvolvido pela Casa.

Páginas 2 e 3

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

Criado pela Lei 4.429 de 19 de novembro de 1991

Presidente:
Alan Sanches
alansanches@cms.ba.gov.br

1º Vice-Presidente:
Paulo Magalhães Jr.
pmjunior@cms.ba.gov.br

2º Vice-Presidente:
Gilberto José
gilbertojose@cms.ba.gov.br

3º Vice-Presidente:
Erivelton Santana
eriveltonsantana@cms.ba.gov.br

1º Secretário:
Sidelvan Nóbrega
sidelvannobrega@cms.ba.gov.br

2ª Secretária:
Vânia Galvão
vaniagalvao@cms.ba.gov.br

3º Secretário:
Orlando Palhinha
palhinha@cms.ba.gov.br

Corregedor Geral:
Paulo Câmara
paulocamara@cms.ba.gov.br

Ouvidor Geral:
Odiosvaldo Vigas
odiosvaldovigas@cms.ba.gov.br

Assessoria de Comunicação

Assessor Chefe
Osvaldo Lyra
osvaldo.lyra@cms.ba.gov.br

(71) 3321-3918
(71) 3320-0380 (fax)
www.cms.ba.gov.br
imprensacms@cms.ba.gov.br
imprensacms@gmail.com

"Cidadão é braço direito do TCU"

Ministro Zymler fala de gestão e controle da despesa pública

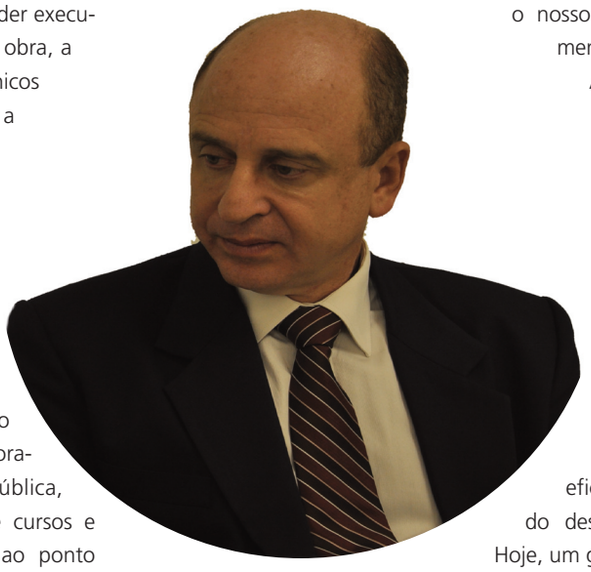
Convidado para dar a aula inaugural do "Curso Modular Gestão Pública", o vice-presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Benjamin Zymler, fala ao Diário Oficial do Legislativo Municipal de Salvador da importância do órgão em que atua e da participação do cidadão no controle da coisa pública:

Diário Oficial do Legislativo (DOL) - Como é possível atingir a excelência na gestão pública?

Ministro Benjamin Zymler (MBZ) – O diagnóstico é de que há déficit na gestão pública em todas as esferas de governo: federal, estadual e municipal. Para você realizar uma obra pública, por exemplo, é preciso planejamento, projeto básico e projeto executivo, para que, quando o chefe do poder executivo decidir sobre uma obra, a partir de critérios técnicos e políticos, já possa ver a possibilidade de implementação em prazo razoável. O TCU foi questionado quanto ao controle das obras públicas. A síntese final é que todos os entes de governo devem buscar o aprimoramento da gestão pública, como a realização de cursos e seminários, que vão ao ponto fulcral que aponta a deficiência da administração pública brasileira.

DOL – Como o senhor vê a questão da corrupção no país?

MBZ – O TCU atua com muita simplicidade e eficiência, verificando o desvio de dinheiro público, o superfaturamento de obras. A verdade é que o TCU não tem instrumento de investigação policial e nem judicial. Ele não pode expedir mandado de busca e apreensão, interceptar telefonema e quebrar sigilo fiscal ou bancário. Sabemos que há sobrepreço e identificamos o desvio, mas não sabemos o que foi feito do dinheiro. Percebemos a existência de desvios, mas não conseguimos comprová-la. Isso cabe à polícia, ao Ministério Público e à Receita Federal. O que o ministro Ubiratan Aguiar (presidente do TCU) implantou em 2009 e continua neste ano é o que chamamos de rede de controle, que é um espaço para que haja um intercâmbio de informações de todos esses órgãos que atuam em diferentes esferas de controle.



DOL – Como o senhor observa a iniciativa da Câmara de Salvador em promover um curso sobre gestão pública?

MBZ - É uma iniciativa louvável. Estou honrado em abrir este curso. Acho que essa iniciativa deve ser continuada e perseguida por outros municípios e estados. O aprimoramento da gestão pública é uma meta que deve ser buscada por todas as administrações públicas brasileiras.

DOL – É possível controlar todos os processos de licitação do país?

MBZ – Não, não é possível. O TCU tem 2.700 servidores, com 1.660 na área afim. Os tribunais contam com pessoal limitado. Os órgãos de controle atuam com mão-de-obra limitada. Atuamos por amostragem e o controle externo, que é realizado pelo TCU, faz um planejamento das licitações e dos órgãos que devem ser fiscalizados. Nós contamos com o nosso braço direito fundamental, que é o cidadão. A empresa também é. Temos a Constituição e a Lei nº 866, que permitem que a empresa e o cidadão representem e denunciem junto ao TCU. Não tenho dúvida que esse é o canal mais eficiente para o controle do desvio e da corrupção. Hoje, um grande esforço do TCU é chamar a cidadania e as empresas. Esse é um caminho muito efetivo.

DOL – No ano passado, com a crise no Senado, a Casa ficou questionada. Como o senhor analisa esta situação?

MBZ – Acho que o que aconteceu com o Senado é um aprendizado para a democracia brasileira. A transparência, o controle, a publicidade, a necessidade de fazer chegar ao cidadão todos os atos administrativos, para que eles possam ser controlados pela imprensa livre e pela cidadania, são dogmas do estado democrático de direito.

Câmara Municipal de Salvador
Praça Municipal - CEP 40010-020
Salvador – Bahia – Brasil

ISO 9001 BUREAU VERITAS Certification

Ministro do TCU abre Curso de Gestão Pública

Vereadores e servidores participam de aula proferida por Zymler

Sob os olhares atentos da platéia composta por vereadores, servidores e assessores da Câmara Municipal de Salvador, o vice-presidente do Tribunal de Contas da União, ministro Benjamin Zymler, deu início na manhã de sexta-feira (5) ao "Curso Modular de Gestão Pública", promovido pela Casa Legislativa em parceria com a Jam-Jurídica. A aula inaugural, no Centro de Cultura, deu a exata noção do objetivo do curso: capacitar os profissionais, trazendo maior qualidade e eficiência ao trabalho desenvolvido pela Casa.



André Araújo (com o microfone), Gizélia Velame, Benjamin Zymler, Palhinha e Dr. Pitangueira

Fotos: Arnaldo A. de Jesus

O diretor jurídico da Jam, André Araújo, reconheceu a importância da iniciativa da Câmara ao promover um curso adequado às necessidades diárias dos funcionários e representantes. "Treinamento é um projeto de gestão. A intenção é fazer com que o setor de Controle Interno dialogue melhor com o de Orçamento e com o de Recursos Humanos", disse.

O mesmo entendimento é compartilhado pelo vereador Everaldo Bispo (PMDB), que considera o curso uma grande oportunidade para vereadores e servidores se reciclarem sobre assuntos que envolvem o dia-a-dia da Casa. "Assim, podemos oferecer o melhor para o soteropolitano, que nos outorgou o poder de representá-lo", disse. Os vereadores Dr. Pitangueira (PRB), TC Mustafa (PT do B), Carlos Muniz (PTN) e Giovanni Barreto (PT) manifestaram opiniões semelhantes. O vereador Orlando Palhinha (PSB), ao lado da diretora administrativa Gizélia Velame, deu as boas-vindas ao público em nome do presidente da Casa, vereador Alan Sanches (PMDB).

Atos concretos

No primeiro dia do curso, o ministro Benjamin Zymler versou sobre o controle da Administração Pública e a responsabilidade dos agentes públicos pelos atos praticados. "A Administração Pública é o combustível do Estado, o coração do corpo de um Estado. É ali que as coisas acontecem", disse, ao introduzir o assunto.

Com módulo e caneta nas mãos, os alunos foram apresentados a conceitos jurídicos e às formas de controle exercidas pelo Poder Legislativo, dentre outras matérias. A falta de planejamento e de projetos executivos adequados, segundo o ministro Benjamin Zymler, são deficiências da Gestão Pública na concepção de obras públicas.

Para esclarecer a relevância do trabalho dos servidores e dos representantes da Administração Pública na efetividade de programas, Zymler esclareceu: "A Administração emite declarações que produzem efeitos jurídicos. São esses atos administrativos que concretizam as decisões políticas".

O curso de Gestão Pública conta com sete módulos, ministrados por especialistas da área. Até o dia 23 de abril, passarão pelo auditório do Centro de Cultura a promotora de Justiça do Estado da Bahia Rita Tourinho; o advogado João Jampaulo Jr (SP); o consultor João Magalhães (PB); o tributarista João Damasceno (BA); o analista de controle externo do Tribunal de Contas do Município, Vitor Maciel (BA); e o professor Rodrigo Pironti (PR). As disciplinas Processo e Técnicas Legislativas; Princípios da Administração Pública; Previdência, Planejamento e Orçamento Público; Auditoria Governamental e Controle Interno estão no programa.

CÂMARA MUNICIPAL

3ª SESSÃO ORDINÁRIA
2º PERÍODO LEGISLATIVO
16ª LEGISLATURA
REALIZAÇÃO: 09 DE FEVEREIRO DE 2010 - 14h30min.

1 - EXPEDIENTE

1.1. Leitura, Discussão, votação Ata (2º secretário)
1.2. Leitura Expediente (1º secretário)

1.3. Inscrição Pinga-Fogo (5 minutos)

1 -
2 -
3 -
4 -
5 -

Representações partidárias (tempo)

Ordem	Partido	Tempo em minutos
1	L/G	05'
2	L/O	05'
3	PSB	10'
4	PRP	05'
5	PPS	05'
6	PTC	05'
7	PMN	10'
8	PT	10'
9	PSL	10'
10	PDT	10'
11	PTN	10'
12	PMDB	10'

Campanha de combate à poluição sonora

Andréa Mendonça afirma que objetivo é conscientizar a população

A Câmara de Salvador aprovou o Projeto de Indicação nº 117/09 de autoria da vereadora Andréa Mendonça (DEM), sugerindo ao prefeito João Henrique Carneiro uma campanha educativa de combate à poluição sonora.

A vereadora assinala que Salvador é considerada uma das cidades mais barulhentas de todo o Brasil e que a Bahia foi o terceiro Estado que mais devastou a sua riqueza natural, sobretudo a mata atlântica.

Vice-presidente da Comissão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente da Câmara, Andréa Mendonça destaca que a campanha de combate à poluição sonora deve integrar o Fórum Permanente de Debates sobre Poluição Sonora da Cidade de Salvador, outra iniciativa de sua autoria.

"O objetivo da campanha educativa é conscientizar a população sobre os males causados à saúde pública pela poluição", explica a vereadora. Andréa conta com a colaboração de diversos segmentos da sociedade civil organizada que, segundo ela, terão a oportunidade de aprender a evitar, controlar e, sobretudo, proteger-se da exposição de ruídos diários.



Vereadora Andréa Mendonça

Fotos: Valdemiro Lopes



Vereadora ressalta que Salvador é uma das cidades mais barulhentas do Brasil

www.soldat.com.br

De acordo com o projeto, os bairros da Pituba, Pernambués, Brotas, Ribeira, Itapuã e Liberdade estão no topo do ranking de bairros mais barulhentos de Salvador. Entre os responsáveis pelo incômodo, lideram a lista os equipamentos de som de carros, bares, restaurantes e boates, residências, igrejas e obras da construção civil.

ARTIGO

Salvador para quem?



Na quinta-feira (28/01/2010), o Prefeito de Salvador tornou público o projeto "Salvador Capital Mundial". Com muita pompa, numa cerimônia para convidados, exibiu um vídeo sobre as ações deste mega-projeto e abriu a exposição dos vinte painéis que mostram as obras que serão feitas na cidade.

A frase do Prefeito João Henrique: "Salvador inteira está aqui", revela o que é representatividade social para o administrador de nossa cidade. A platéia composta de empresários, de políticos e de membros da elite baiana, representava a minoria da população que deve interessar ao governo municipal, ou seja, a audiência representava exatamente os grupos que serão beneficiados com essa tão propalada "Capital Mundial".

Sem propor nenhuma solução para as áreas socialmente críticas da cidade, o projeto resume seus eixos 'estruturantes' na ampliação e criação de vias automotivas e na instalação de teleféricos para os turistas.

Reconhecemos a importância de intervenções em nossa cidade, desde que devidamente divulgadas, debatidas e avaliadas por representantes dos diversos segmentos que compõem a sociedade e pelo outro poder da cidade, afinal o executivo municipal divulgou o projeto sem consultar sequer a Câmara Municipal de Salvador.

Por outro lado, considerar essas intervenções como eixos "estruturantes", significa imputar uma importância indevida aos mega-projetos de infra-estrutura que beneficiam uma parte privilegiada da cidade, em detrimento das áreas urbanas degradadas e empobrecida das periferias de Salvador.

Programas de habitação e de urbanização deveriam ser prioridades para qualquer planejamento, em longo prazo, de um governo municipal que administra os recursos públicos para a maioria da população. E a maioria do povo de nossa cidade vive em péssimas condições de moradia e em aglomerados urbanos sem saneamento, pavimentação ou iluminação adequada.

Vereadora Vânia Galvão (PT)
2ª Secretária da Câmara Municipal de Salvador